



-----Mandato 2013/2017 -----

-----Conferência de Representantes dos Grupos Municipais -----

----- Ata Número Cinquenta e Cinco -----

----Aos dezanove dias de Setembro de dois mil e dezasseis reuniu na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e treze - dois mil e dezassete, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo.-----

----Esteve ainda presente, nos termos do número três do artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Vereador Duarte Cordeiro.-----

----Às doze horas e dez minutos, a Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Aprovação de Atas – Ata n.º 53, de 27.06.2016 e 54, de 11.07.2016 (Doc. 1 e Doc. 2).-----
2. Lista de matérias e propostas pendentes (Doc3); definição do tratamento a dar à petição n.º 9/2016 (Doc. 4)-----
4. Ajustamento do calendário (Doc 5) e marcação dos Debates Temáticos já aprovados-----
 - 4.1. Propostas 001/2ªCP/2016 – Debate Temático “A Economia na Cidade e o Trabalho – Diagnóstico e Perspectivas para o Futuro” (aprovada em 31 de maio) – 3 sessões (Doc. 6)-----
 - A Economia na Cidade e o Trabalho – Diagnóstico da Situação na Cidade de Lisboa – data proposta 4ª Feira, 28 de Setembro-----
 - A Economia na Cidade e o Trabalho – Perspectivas para o Futuro – data proposta 2ª feira, 3 de Outubro-----
 - Apreciação do Relatório e Deliberação final, integrada numa sessão da Assembleia Municipal – *a definir*-----
 - 4.2. Debate Temático “A Habitação em Lisboa” – (Aprovado em 5 de Julho) 3 sessões (Doc 7)-----
 - Políticas de Habitação – Estratégias nacionais, estratégias locais, estratégias locais – data proposta 4ª feira, 19 de outubro-----
 - Habitação – um direito e um mercado – 4ª feira, 9 de novembro-----
5. Auditoria da IGF ao Município (Doc.8)-----



6. Proposta do BE de constituição de uma Comissão Eventual sobre a 2ª Circular (Doc 9)-----
7. Outros Assuntos:-----
 - Declaração de Turim (Doc 10)-----
 - Parecer do Conselho Metropolitano sobre a Descentralização (Doc 11)-----
 - Relatório de progresso do Plano Metropolitano para o Potencial Humano (Doc 12) -----
 - Declaração “Lisboa, Cidade com direitos” (Doc 13)-----
 - Outras questões-----

Ponto 1: Aprovação de Atas – Ata n.º 52, de 06.06.2016, Ata n.º 53, de 27.06.2016 e 54, de 11.07.2016 (Doc. 1 e Doc. 2).-----

---**A Presidente** deu início à apreciação do ponto um da ordem de trabalhos, submetendo o *draft* das atas n.º 52, n.º 53 e n.º 54 à consideração e votação da Conferência, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade, sem a votação do Senhor Representante do PNPB nas atas n.º 52 e 53, e sem a votação dos Senhor 1º Secretário e dos Senhores Representantes do PSD, do BE, do CDS e do PAN na ata n.º 54, uma vez que não estiveram presentes nas referidas reuniões.-----

Ponto 7: Outros Assuntos-----

----**A Presidente** sobre este ponto explicou que tinham uma série de documentos enviados pela Área Metropolitana de Lisboa para conhecimento dos Senhores Deputados.-----

----Avançou dizendo que o primeiro documento era a Declaração de Turim que tinha sido aprovada em Amesterdão no âmbito da União Europeia, esse documento era um conjunto de tópicos sobre o que deveria ser política urbana dos países europeus e das áreas metropolitanas, era uma matéria para conhecimento, no entanto se algum partido quisesse pegar na matéria e aprofundar a questão.-----

----De seguida informou que tinha o processo de descentralização administrativa das áreas metropolitanas, e também o relatório de progresso do Plano Municipal para o potencial humanitário, e que iria enviar este documento para a 2ª Comissão Permanente para conhecimento do processo.-----

----Acrescentou que o Vereador João Afonso tinha solicitado que divulgasse a Declaração “Lisboa, cidade com Direitos”.-----

----Terminou dizendo que o BE tinha solicitado a consulta das atas dos Conselhos Gerais das Escolas dos Municípios, tendo em conta que era muita documentação perguntava se podiam consultar as actas nas instalações da Câmara.-----

----**O Deputado Ricardo Robles** perguntou se não existiam em suporte informático, uma vez que o Município tinha assento nesses conselhos, poderiam existir em suporte



digital, assim solicitava que a Senhora Presidente indagasse se tinham as actas em suporte digital, caso não existissem, pensariam noutra solução.-----

Ponto 2: Lista de Matérias e propostas pendentes (doc 3); Definição do tratamento a dar à petição 9/2016-----

----**A Presidente** explicou que tinham algumas petições pendentes, entre elas a Petição 6/2016, sobre os despejos de famílias em situação de carência, que tinha baixado à 3ª Comissão, esta tinha tido um atraso nos serviços e por isso tinha sido distribuída mais tarde.-----

----**A Deputada Margarida Saavedra** sobre a petição 6/2016 informou que a comissão ia reunir esta semana mas esta matéria não estava agendada e que ainda não tinha recebido nada.-----

----**A Presidente** informou que a Petição 7/2016 já estava pronta e que a Petição 9/2016 tinha entrado como petição mas não tinham conseguido contactar a signatária, para esclarecer algumas dúvidas.-----

----Sobre a Petição 10/2016 esclareceu que a mesma já estava pronta para ser agendada e que a Petição 11/2016 não tinha as assinaturas necessárias para ser considerada uma petição.-----

----Sobre as propostas que estavam pendentes gostaria que fossem todas despachadas até ao final do mês, tirando a Proposta n.º 440/2016 que ficaria para Outubro, visto que era mais complicada.-----

----Concluiu explicando que tinham dois debates temáticos para agendar, um sobre a Economia e o Trabalho e outro sobre a Habitação.-----

----**A Deputada Cláudia Madeira** lembrou que o Debate de Monsanto ainda não tinha sido finalizado, pois faltava fazer a discussão do relatório para deliberação final.-----

----**A Presidente** recordou que ainda não tinham marcado a reunião com a Senhora Diretora da ARS que devia ter acontecido em Julho mas que acabou por não acontecer, porque a senhora diretora não tinha disponibilidade, mas iria insistir novamente e tentar agendar para o mês de Outubro.-----

Ponto 4: Ajustamento do calendário (Doc 5) e marcação dos Debates Temáticos já aprovados-----

----**A Presidente** lembrou que a sessão prevista para o dia 20 de Setembro não se iria realizar, no dia 27 de Setembro teriam a Sessão Ordinária, no dia 29 de Setembro estava previsto a realização do debate temático, mas que a Câmara tinha começado a reunir às quintas-feiras e talvez fosse melhor alterar a data do debate temático.-----

----**O Vereador Duarte Cordeiro** explicou que apenas as Sessões Extraordinárias da Câmara é que se realizavam às quintas-feiras.-----



----**A Presidente** continuou avançando para o mês de outubro, assim a 4 de outubro fariam Debate Temático sobre a Economia e o Trabalho, a 11 de outubro a continuação da Sessão ordinária de setembro, a 18 de outubro Debate sobre o Estado da Cidade, a 19 de Outubro fariam a 2ª Sessão do Debate Temático da Economia e finalmente a 25 de Outubro a Sessão Extraordinária.-----

Ponto 5: Auditoria da IGF ao Município-----

----**A Presidente** deu conta de que estava a ser feita uma auditoria à Câmara Municipal pela Inspeção-Geral das Finanças, uma situação de rotina.-----

Ponto 6: Proposta do BE de constituição de uma Comissão Eventual sobre a 2ª Circular (Doc 9)-----

----**A Presidente** antes de entrar neste ponto queria relembrar os Senhores Deputados de que o Regimento em matéria de discussão da ordem do dia, dizia claramente que não podia ser discutida matéria que não tivesse sido agendada, contudo já não era a primeira vez que o BE entregava um documento, uma proposta na hora da reunião e acabava por haver discussão da proposta, embora não o pudessem fazer em termos regimentais, portanto, iria passar a ser mais rígida nesta matéria, e quando este tipo de documentos chegassem à Mesa, daria conhecimento ao plenário mas não haveria discussão no momento, e agendaria para a Sessão seguinte.-----

----Avançou defendendo que era seu entendimento, que não tendo a Assembleia Municipal competência de autoridade judiciais também não tinha competência para fazer inquéritos à semelhança do que eram feitos na Assembleia da República, poderiam fazer uma comissão eventual agora inquéritos não eram da competência da Assembleia Municipal.-----

----**O Deputado Ricardo Robles** sobre a nota introdutória da Senhora Presidente, esclareceu que o Bloco não quis discutir a proposta quando a apresentou, simplesmente disse que a ia apresentar, e no ponto de vista formal entregou-a nos serviços de apoio, e anunciou que estava a entregar essa proposta, por isso parecia-lhe que isso não ia contra o Regimento nem contra a organização dos trabalhos da sessão.-----
Prosseguiu dizendo que abandonavam desde já o termo de inquérito e apenas fazer a comissão eventual.-----

----Explicou que a criação Comissão eventual não era nenhuma novidade na Assembleia uma vez que já o tinham feito antes, e uma das suas competências fundamentais era a fiscalização da atividade do município, e assim considerava que a sua criação era uma decisão política.-----

----Relembrou que a Assembleia Municipal de Lisboa tinha tomado uma posição profundíssima sobre debate da 2ª Circular, tinha-se envolvido no debate desde a primeira



hora, tinha organizado um debate temático, todos se tinham envolvido enquanto membros deste órgão, não como cidadãos ou como agentes políticos da cidade, mas sim como Assembleia Municipal de Lisboa e na realidade, tinham-no feito bem, porque era um investimento de grande monta em termos absolutos, era um investimento que tinha implicações seríssimas na vida das pessoas.-----

----A Assembleia Municipal tinha a responsabilidade de se envolver neste processo, acrescia ainda nesta questão que tinham sido informados através de uma conferência de imprensa, ora tinham sido muito envolvidos na fase de decisão da Câmara, no debate propriamente dito e depois sabiam que o processo tinha parado através da televisão, a Assembleia não tinha recebido nenhuma nota do Senhor Presidente, nada a avisar o que tinha acontecido.-----

----Conclui defendendo a criação da Comissão eventual, que na sua opinião tinha a todo o cabimento, existia toda uma responsabilidade política para se apurarem os factos, naturalmente que se não admitissem uma comissão eventual poderiam criar um grupo de trabalho noutra comissão, talvez na comissão de urbanismo, no entanto considerava que deveriam dar a importância que tinham dado na fase inicial, e por isso considerava que deviam reconhecer essa importância e criar uma comissão eventual como já tinha sido feito anteriormente.-----

----**O Deputado José Leitão** disse que a Assembleia tinha que ter conhecimento do que se passava, mas não considerava necessário constituir uma Comissão Eventual, até porque existia a 5ª Comissão que poderia acompanhar todo o processo.-----

----**A Deputada Cláudia Madeira** considerava que a Assembleia tinha o direito a solicitar toda a informação sobre o processo, e que esse acompanhamento fosse feito pela 5ª Comissão, no entanto lembrava que era uma matéria importante e que nem todas as forças políticas estavam representadas, e em última instância não via qualquer problema em que fosse criada uma comissão eventual para o efeito, dada a importância da matéria.--

----**A Presidente** lembrou que a alteração do Regimento previa estas situações.-----

----**O Deputado Diogo Moura** declarou que concordava com a proposta do BE.-----

----Lembrou que já na última Sessão da Assembleia com Declarações Políticas o CDS tinha deixado claro que não tomaria nenhuma posição sobre o processo da 2ª Circular, enquanto não tivessem conhecimento de todas as peças do processo, e considerar que ter conhecimento de todas as peças do processo, era ver o relatório do júri que era público, na sua opinião era muito pouco ou nada, uma vez que não tinham conhecimento do processo da empreitada, do programa, do caderno de encargos, não tinham conhecimento das propostas concorrentes, dos esclarecimentos que tinham sido dados pelo júri aos concorrentes, das pronúncias apresentadas, do cronograma temporal que estava a publicado na plataforma, ou seja existiam vários documentos que faziam parte do



processo e que eram necessários serem remetidos à Assembleia Municipal para conhecimento para que se possa aferir, não só apenas o relatório do júri, mas todo o procedimento desde o início, uma vez que considerava que aí a leitura seria enviesada.-----

----**O Deputado Sérgio Azevedo** considerou que a apresentação do Senhor Deputado Ricardo Robles tinha sido suficiente para a justificar a necessidade de criação de uma Comissão Eventual para acompanhar o processo da 2ª Circular, e de manter este tema com a dignidade com que a Assembleia Municipal sempre o tratou.-----

----Finalmente, explicou que concordava com a Proposta do BE na criação da Comissão Eventual para acompanhar e não para um inquérito, uma vez que não tinham competência para fazer um inquérito.-----

----**A Deputada Ana Maria Gaspar** afirmou que na sua opinião o processo da 2ª Circular era um processo transparente e que não concordava com a proposta do BE, uma vez que tinham a 5ª Comissão que poderia fazer o acompanhamento.-----

----**O Deputado José Moreno** explicou que não discordava inteiramente da proposta da Senhora Presidente relativamente à existência de uma Comissão que tinha competência e que poderia tratar desta matéria, no entanto considerava que primeiro, o Senhor Presidente da Câmara deveria fazer chegar à Assembleia toda a informação relevante sobre este processo e convocar o Senhor Presidente da Câmara para de viva voz explicar à Conferência de Representantes as razões que levaram efectivamente a uma decisão desta natureza, se depois sim, considerariam o que fazer a seguir.-----

----**O Deputado Miguel Santos** declarou que de uma forma geral acompanhava as considerações que já tinham sido feitas e salientou a utilidade em perceber o que se tinha passado com a 2ª Circular, e por isso concordava com a criação da Comissão Eventual.----

----**O Deputado Vasco Santos** afirmou que concordava com a criação da Comissão Eventual.-----

----**A Deputada Margarida Saavedra** disse que se a obra na 2ª Circular fosse uma mera obra municipal este assunto não teria extrapolado a 5ª Comissão, o que era certo era que a Assembleia Municipal tinha promovido longos debates e relatórios, e não percebia por que razão é que nesta fase se reduziam as questões da 2ª Circular a uma mera obra municipal com âmbito na 5ª Comissão, quando nunca o tinha sido e portanto concordava com a criação da Comissão Eventual.-----

----**O Vereador Duarte Cordeiro** em primeiro lugar referiu que a Câmara tinha todo o interesse que o processo fosse transparente e queriam prestar toda a informação que Assembleia Municipal entendesse por bem solicitar, obviamente existiam procedimentos que tinham que cumprir, e por isso estavam limitados pelos procedimentos e pelas regras inerentes a esses procedimentos, em segundo lugar referiu que nunca tinha visto qualquer limitação, falava por si próprio, que já tinha estado em varias audiências, sobre vários



temas que não correspondiam a nenhuma proposta em concreto, já tinha estado em audiências conjuntas, nunca tinha sentido qualquer limitação para as comissões permanentes poderem fazer o seu trabalho, e a Câmara sempre esteve disponível para esclarecer todas as dúvidas.-----

---Conclui declarando que a Câmara estaria disponível para esclarecer todas as dúvidas numa Comissão permanente ou numa comissão eventual criada para o efeito.-----

---**A Presidente** disse que existiam posições muito diferentes sobre a matéria, mas que existia um ponto que era fundamental e prioritário, e assim em primeiro lugar iria solicitar ao Presidente toda a informação relevante sobre o processo da 2ª Circular para poder distribuir por todos.-----

---Assim sugeria que ponderassem melhor o que deveriam fazer, ponderar se o objectivo era apurar os factos, ou perceber o que se passou, iria solicitar toda a documentação ao Senhor Presidente, e depois voltariam a falar numa próxima Conferência.-----

---Durante a reunião foram distribuídos os documentos seguintes que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante:-----

-Doc. 1 - Ata n.º 53, de 27.06.2016

-Doc. 2 – Ata n.º 54, de 11.07.2016

-Doc. 3 – Lista de matérias e propostas pendentes

-Doc. 4 – Petição n.º 9/2016

-Doc. 5 - Ajustamento do calendário

-Doc. 6 – Debate Temático “A Economia na Cidade e o Trabalho – Diagnóstico e Perspectivas para o Futuro”

-Doc. 7 - Debate Temático “A Habitação em Lisboa”

-Doc. 8 - Auditoria da IGF ao Município

-Doc. 9 - Proposta do BE de constituição de uma Comissão Eventual sobre a 2ª Circular

-Doc. 10 - Declaração de Turim

-Doc. 11 - Parecer do Conselho Metropolitano sobre a Descentralização

-Doc. 12 - Relatório de progresso do Plano Metropolitano para o Potencial Humano

-Doc. 13 - Declaração “Lisboa, Cidade com direitos”

---Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas treze horas e trinta e três minutos, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros que compõem a Mesa.-----

A Presidente _____

O Primeiros Secretário _____



A Segunda Secretária _____